JORNAL DO SENADO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/DSB PRT/BSB/DR/008/98

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO V – Nº 894 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1999

Seminário e comissões debatem biotecnologia

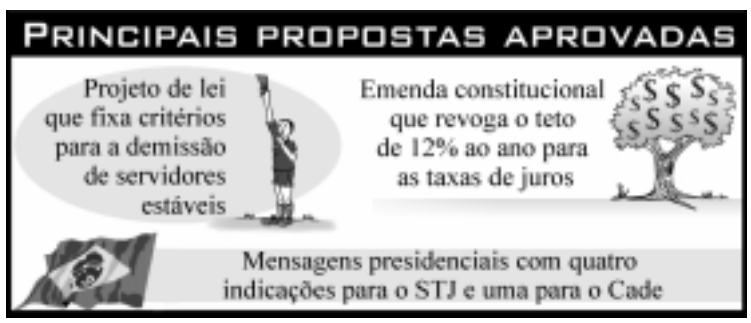
O seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas" e uma audiência pública realizada ontem em conjunto pela CAS e a CAE colocaram a biotecnologia em debate no Senado. "Foi uma discussão plural, democrática e aberta", avalia o senador Leomar Quintanilha.

PÁGINA 8

Senadores Osmar Dias e Ney Suassuna (C) ouvem o ministro da Agricultura, Francisco Turra, na audiência pública realizada pela CAS e a CAE

Senado aprova 13 matérias e mantém ritmo das CPIs

Comissões parlamentares de inquérito cumpriram agenda de trabalho, ao ouvir testemunhas sobre irregularidades no Judiciário e no sistema financeiro nacional



O funcionamento simultâneo de duas CPIs não prejudicou o ritmo de trabalho no plenário do Senado. Nesta semana, os senadores aprovaram 13 matérias. Uma delas é o projeto – pronto para a sanção presidencial – que institui critérios impessoais para demissão de servidores públicos estáveis por excesso de despesas. Em segundo turno, os senadores votaram, também, proposta de emenda constitucional que acaba com o limite de 12% para os juros. Na mesma alteração constitucional, o Senado tornou mais fácil a regulamentação do sistema financeiro nacional, ao permitir o uso de mais de uma lei complementar com essa finalidade. Foram apreciadas também cinco mensagens presidenciais com indicação de ministros do Superior Tribunal de Justiça e de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

PÁGINA 3

Fortalecer partidos, o desafio

A necessidade de fortalecimento dos partidos é tema de pronunciamentos e projetos dos senadores Maguito Vilela, Roberto Freire, Sérgio Machado e Jorge Bornhausen. Uma das propostas – a de Bornhausen – está na pauta da Comissão de Justiça.

PÁGINA 2

Saneamento de banco do Piauí terá recursos

PÁGINA 3

Os senadores Paulo Souto e Ramez Tebet observam o depoimento da juíza Anna Acker perante a CPI do Judiciário

CPI DO JUDICIÁRIO

Souto vê confirmação de denúncias

A CPI do Judiciário ouviu ontem o depoimento da juíza aposentada Anna Acker e do ex-funcionário público Moisés Szmer. Na avaliação do relator da CPI, Paulo Souto, eles confirmam denúncias contra a gestão do ex-presidente José Maria de Mello Porto no TRT-RJ.

PÁGINA 4

Maguito Vilela pede fortalecimento dos partidos

Durante pronunciamento feito em plenário em defesa da reforma política, o senador propôs a implantação da fidelidade partidária, a reorganização das agremiações e a introdução do voto distrital misto

"A consolidação e o fortalecimento dos partidos políticos deve ser o norte principal da reforma política", afirmou ontem em discurso no plenário o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Para isso, o senador defende a fidelidade partidária, a reorganização dos partidos e a introdução do voto distrital misto.

Maguito ressaltou que as reformas "têm um papel fundamental na reestruturação institucional, fiscal e financeira do país". Ele acredita que, dentre as reformas, a principal é a político-partidária, que dará a "oportunidade ao país de, já mais amadurecido com a democracia, estabelecer regras claras, consistentes e duradouras que ajudarão a consolidar nossas instituições públicas", segundo destacou.

Para o senador por Goiás, a fidelidade partidária deve não só proibir a mudança de sigla, mas também obrigar o parlamentar a seguir a cartilha da agremiação à qual é filiado. Prevê, assim, a união de partidos que tenham ideologia programática semelhante.

Maguito Vilela quer a consolidação das instituições públicas

– As vozes discordantes, também unidas em estruturas sólidas, terão todas as condições de desempenhar o papel de oposição – disse.

Maguito é a favor da adoção, no Brasil, do sistema distrital misto, conforme recomendou a comissão temporária do Senado que estudou o assunto. Ele explicou que, com esse sistema, metade das vagas do Parlamento são preenchidas por eleição majoritária nos distritos estabelecidos pela Justiça Eleitoral e outra metade pela proporcionalidade dos votos dados às legendas. "Os eleitores darão dois votos: o primeiro a um candidato de seu distrito e o segundo ao partido de sua preferência."

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) se posicionou "radicalmente contra o voto distrital". "Com a distritalização haveria uma espécie de vereador nacional", afirmou. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ser importante se imaginar um sistema que permita à sociedade escolher seus representantes com mais segurança. "Nossa legislação falha permite a eleição de pessoas inconvenientes para as mais variadas posições", acredita.

Ernandes Amorim lembrou que o governo vem recebendo críticas da sociedade

Ernandes Amorim quer saída do PPB do governo

O apoio do PPB ao governo federal foi criticado ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), para quem "não há qualquer benefício ao partido no apoio a um governo que vem sendo alvo de tantas críticas pela sociedade". Ernandes Amorim disse que vai pedir uma reunião partidária para reavaliar a participação na base de sustentação do governo.

O senador se disse indignado com o comportamento do Banco Central no episódio da venda do Bamerindus ao HSBC, relatado na quarta-feira à CPI dos Bancos pelo ex-senador José Eduardo Andrade Vieira. Ernandes Amorim disse que a área econômica do governo agiu da mesma forma por ocasião da intervenção no Banco do Estado de Rondônia (Beron).

– A maneira como a área econômica roubou o Bamerindus da mão do ex-senador me fez lembrar o que o Banco Central fez no Beron. O interventor pegou recursos a juros mais altos e faliu o banco. A dívida que era de R$ 60 milhões chegou a R$ 560 milhões – criticou.

Jorge Bornhausen quer filiação mínima de quatro anos para quem já foi de outro partido

CCJ avaliará maior prazo para filiação

Com parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia para quatro anos o período mínimo de ligação do candidato ao partido, caso ele venha de outra legenda, será decidido na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o votará em caráter terminativo.

Sérgio Machado sugeriu o adiamento da deliberação porque não havia mais *quorum* para decisão. O projeto estabelece que, para concorrer a cargo eletivo, majoritário ou proporcional, o eleitor deverá estar filiado ao partido pelo prazo mínimo de um ano, no caso de ser sua primeira filiação. Se o candidato já foi filiado a outro partido político, esse prazo aumenta para quatro anos, salvo em casos de fusão ou incorporação partidária, ou ainda se o candidato for fundador de novo partido político.

Roberto Freire sugere autonomia

Para disputar eleição, o candidato deve estar filiado a um partido pelo tempo fixado no seu estatuto, o qual poderá ou não exigir domicílio eleitoral na circunscrição. Essa alteração na legislação, proposta pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), foi erroneamente atribuída, na edição de ontem, ao senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Freire invoca a Constituição para sustentar que os partidos têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. Ele lembra que a Constituição apenas exige que os estatutos partidários devem conter normas de fidelidade e disciplina partidárias..

Roberto Freire entende que "intervir na vida partidária, a rigor, é cercear a liberdade e, principalmente, a ação da própria cidadania". Ele explicou que partido político não é expressão do Estado, mas da cidadania. E chamou a atenção para o fato de que a filiação partidária e o domicílio eleitoral não fazem parte da tradição democrática brasileira.

Roberto Freire considera inócua a exigência de domicílio eleitoral

– Na verdade, foram incorporados ao nosso cotidiano político pelas mãos do regime militar. É estranho que, em plena vigência do regime democrático, arcabouços jurídicos da ditadura sejam trazidos à pauta do Congresso e, o que é pior, recebendo o apoio de parlamentares que, em outras ocasiões, cerraram fileiras ao lado da luta contra o arbítrio – diz o senador.

O senador sustentou que a exigência do domicílio eleitoral é inócua, se o objetivo é impedir a fluidez de candidatos por região. Como exemplo, lembrou que o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) conseguiu registrar sua candidatura e eleger-se senador pelo Amapá, quando sua principal base política era o estado do Maranhão.

Sérgio Machado propõe financiamento público

Nos anos em que se realizarem eleições, as dotações da União para o Fundo Partidário terão como base R$ 7,00 por eleitor alistado na Justiça Eleitoral, até 31 de dezembro do ano anterior. Projeto neste sentido foi proposto pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que sustenta a necessidade de maior visibilidade do financiamento partidário e das campanhas eleitorais.

Sérgio Machado pede dotação de R$ 7 por eleitor

Esses recursos orçamentários serão aplicados exclusivamente no alistamento e nas campanhas eleitorais, e não mais na manutenção de sedes e outros serviços do partido, como prevê a Lei 9.096/95. Pelo projeto de Sérgio Machado, a previsão orçamentária desses recursos deverá ser consignada ao Tribunal Superior Eleitoral.

O projeto também prevê que esses valores serão distribuídos, na sua totalidade, aos diretórios nacionais dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, na proporção de suas bancadas.

Em todos os casos de proporcionalidade partidária, será considerada a filiação no dia 1º de outubro do ano anterior ao das eleições.

Ao apresentar o projeto, Sérgio Machado lembrou que, em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em janeiro deste ano, deliberou-se que todas as proposições oriundas da Comissão Temporária da Reforma Eleitoral seriam reapresentadas no início dessa legislatura. É o caso desse projeto, que dispõe sobre o financiamento público das campanhas eleitorais e estabelece critérios de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado aprovou 13 matérias nesta semana

Projeto que fixa normas para demissão de servidores públicos e proposta de emenda constitucional que revoga o limite dos juros estão entre os temas decididos pelo plenário

O Senado viveu mais uma semana de intensa atividade, com a aprovação, pelo plenário, do projeto de lei da Câmara fixando normas para a demissão de servidores públicos estáveis com base no excesso de despesa, e, em segundo turno, de substitutivo a proposta de emenda à Constituição, além de cinco mensagens do presidente da República indicando autoridades, quatro projetos de decreto legislativo e dois projetos de resolução, totalizando 13 matérias.

O substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional de autoria do então senador José Serra revoga dispositivo da Constituição que limita as taxas de juros anuais do Brasil ao limite máximo de 12%. A matéria foi aprovada em segundo turno por 54 votos favoráveis, seis contra e três abstenções, e agora seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

Os dois projetos de resolução aprovados pelo Senado esta semana vão à promulgação. Um deles, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, autoriza o estado do Piauí a contrair empréstimo para sanear o Banco do Estado do Piauí S/A. O outro permite que a prefeitura de Itajubá (MG) contrate operação de crédito no valor de R$ 1,8 milhão para obras de infra-estrutura urbana no município.

Plenário também apreciou nesta semana mensagens do presidente da República, projetos de decreto legislativo e projetos de resolução

Entre os quatro projetos de decreto legislativos aprovados, dois são textos de acordos assinados entre o Brasil e a Costa Rica, sendo um de cooperação técnica e o segundo sobre transporte aéreo. Os outros dois são acordos assinados com a Jamaica, nas áreas de turismo e de cooperação cultural e educacional.

As cinco mensagens presidenciais apreciadas esta semana pelo Senado aprovam as indicações de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzinni, Eliana Calmon Alves, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Paulo Benjamin Fragoso Gallotti para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, e Mércio Felsky para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

COMISSÕES

Além das sessões em plenário e reuniões das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, os senadores votaram, durante esta semana, matérias importantes nas diversas comissões permanentes. Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), foram aprovados 13 acordos internacionais, entre eles dois celebrados entre o Brasil e a Colômbia abrangendo ações de combate ao narcotráfico.

A Comissão de Assuntos Econômicos debateu e aprovou, entre outros assuntos, matéria que altera normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) referentes a férias do trabalhador. A CAE também deliberou favoravelmente sobre projeto que impõe restrições ao uso de chumbo em embalagens e ainda sobre empréstimos para o Paraná (programa habitacional Pró-Moradia) e o Piauí (saneamento do banco estadual).

Ainda na CAE, foi aprovada uma nova política nacional de turismo, com o objetivo de incrementar esse setor da economia, em que o Brasil ocupa atualmente uma posição modesta. A comissão também foi favorável à autorização para a União celebrar contrato de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné.

Depois de intenso debate, em que se estabeleceu uma polêmica sobre o novo prazo de filiação partidária, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu adiar a votação do projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que estabelece que, para concorrer a cargo eletivo, majoritário ou proporcional, o eleitor deverá estar filiado ao partido pelo prazo de um ano, no caso de ser sua primeira filiação, ou quatro anos, se já for filiado a outro partido político.

CAE e CCJ analisam precatórios

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúnem na próxima terça-feira, às 10h, para examinar o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que, em 1997, investigou irregularidades nesses papéis.

Caso as duas comissões aprovem o projeto, estados e municípios que tenham esses papéis poderão voltar a negociá-los. Os relatores na CAE, Francelino Pereira (PFL-MG), e na CCJ, José Fogaça (PMDB-RS), têm pareceres favoráveis à iniciativa, mas este último apresentou um substitutivo.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado favorável ao projeto, mas também nos termos de um substitutivo.

Parente fala na CAS sobre área social

O ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, comparece a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima quarta-feira, a partir das 10h, para debater com os senadores os recursos do orçamento da União destinados à área social, em especial os obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamentos externos destinados ao combate à pobreza.

A autora de requerimento de convocação do ministro Pedro Parente, senadora Heloísa Helena (PT-AL), afirma que a política social do governo tem-se apoiado nos recursos desses bancos nos últimos anos. "A audiência possibilitará avaliar o impacto dessa ajuda sobre as políticas para a área social", disse a senadora.

Saneamento do Banco do Piauí terá R$ 112 milhões

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para a contratação de abertura de crédito entre o Piauí e a União, no valor de R$ 112,4 milhões. Os recursos deverão ser empregados no saneamento do Banco do Estado do Piauí (BEP), para possibilitar a transferência de seu controle acionário para a União. A matéria recebeu parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A operação será realizada com a participação do BEP, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

O relator informou que, do total do crédito solicitado pelo governo do Piauí, até R$ 57,9 milhões serão empregados na aquisição de ativos do BEP pelo estado, e R$ 54,5 serão destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e atuariais.

A forma de pagamento da operação prevê, inclusive, que os recursos gerados pelos ativos do BEP adquiridos pelo estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do contrato de refinanciamento.

Também com parecer favorável na CAE, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi aprovada autorização para a prefeitura de Itajubá (MG) contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R$ 1,8 milhão. Os recursos serão destinados a obras de infra-estrutura urbana no município.

Foram aprovados ainda dois acordos, um sobre transporte aéreo e outro de cooperação técnica, entre o Brasil e a Costa Rica. Ambos vieram da Câmara dos Deputados e, no Senado, receberam parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Os quatro projetos serão encaminhados à promulgação.

Emenda que revoga limite para juros vai à Câmara

A redação final da proposta de emenda constitucional que revoga dispositivo limitando as taxas de juros ao máximo de 12% anuais foi aprovada ontem pelo plenário do Senado. A PEC deverá ser agora apreciada pela Câmara dos Deputados.

Na última quarta-feira a proposta foi aprovada pelo plenário em segundo turno de votação e, dada a aceitação de uma emenda – mantendo a ressalva de que o sistema financeiro será estruturado de forma "a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade" –, remetida à CCJ para a consolidação da redação final, aprovada ontem.

A PEC também permite que a regulamentação do sistema financeiro nacional, nele incluídas as cooperativas de crédito, seja feita através de tantas leis complementares quantas forem necessárias. Pela Constituição, tal regulamentação deveria ser feita através de uma única lei complementar.

Fernando Henrique sanciona lei que cria Ministério da Defesa

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem a lei que cria o Ministério da Defesa. Na ocasião, ele confirmou o nome de Elcio Alvares como titular da pasta.

O projeto teve a aprovação final do Senado no dia 1º de junho. Na presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, Fernando Henrique afirmou que a escolha do ex-senador é uma homenagem ao Parlamento e também a garantia para os setores militares de que estarão ao lado de alguém disposto ao fortalecimento das Forças Armadas.

Durante a solenidade, Fernando Henrique exonerou Elcio Alvares do Ministério Extraordinário da Defesa, nomeando-o ministro da Defesa. Os cargos de ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica passam a ser substituídos pelos de comandantes das respectivas armas, sendo privativos de oficiais generais do último posto. O presidente destacou que a medida não significa uma simples extinção de ministérios, mas um ato de renovação das Forças Armadas.

O ministro Elcio Alvares agradeceu o apoio recebido do governo federal e do Congresso. Ele prometeu dever e lealdade ao presidente da República, a quem elogiou como "um dirigente que vê antes de tudo o interesse nacional".

CE indica nomes para Subcomissão de Rádio e TV

A designação dos membros que vão compor a Subcomissão de Rádio e Televisão será analisada em reunião extraordinária pela Comissão de Educação (CE) na terça-feira, a partir das 11h30. Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a CE também apreciará o projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio.

Além disso, a CE debaterá projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças no rádio e na TV. Outro projeto em pauta é o que regulamenta o artigo 216, inciso V, da Constituição federal, sobre proteção ao patrimônio fossilífero brasileiro, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Marina recebe presidente da Pirelli

A senadora Marina Silva (PT-AC) recebeu ontem, em seu gabinete, a visita do presidente da Pirelli do Brasil, Giorgio Della Seta. Ele discutiu com a senadora temas de interesse ecológico, como a melhoria da qualidade da borracha natural da Amazônia.

Giorgio Della Seta também abordou a necessidade de ampliação das relações comerciais existentes entre a Pirelli e organizações de seringueiros da região amazônica.

Nascida nessa região, Marina Silva é uma das parlamentares mais dedicadas à defesa do desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

Juíza acusa ex-presidente de TRT de abuso de poder

Em sua gestão à frente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, de 1992 a 1994, José Maria de Mello Porto teria obrigado funcionários a fazer exame de sangue em laboratório de amigos de sua família

A juíza Anna Britto da Rocha Acker, aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, acusou o ex-presidente do tribunal, José Maria de Mello Porto, de praticar abuso de poder durante sua gestão, de 1992 a 1994, e de cometer irregularidades administrativas. A juíza prestou depoimento ontem, na CPI do Judiciário.

Mello Porto conseguiu eleger-se presidente do TRT do Rio, segundo a juíza, pelo fato de ser primo do então presidente Collor, por quem fez campanha eleitoral pública, tendo, inclusive, obtido licença-prêmio do tribunal com essa finalidade. Ele não seria de fato eleito presidente se fossem seguidas as normas da instituição, observou, já que era o sétimo da lista por antiguidade.

Para ser eleito, o juiz contou também com o apoio de 10 juízes classistas, a quem ajudou para a nomeação no tribunal, acrescentou a juíza. Pouco antes de ser eleito presidente do TRT do Rio, mas já com a perspectiva de obter o cargo, Mello Porto conseguiu que o tribunal ampliasse o mandato do presidente para três anos, disse. A Procuradoria Geral foi contra e, em retaliação, o juiz baixou um ato proibindo o uso dos elevadores privativos do prédio do tribunal pelos procuradores, relatou Anna Acker.

Ela denunciou ainda que Mello Porto promoveu festa pública fora do prédio da Justiça, para inaugurar a Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Três Rios, divisa com Minas Gerais, que contou até com discursos e festividades em palanques.

Segundo a juíza, Mello Porto também convocou juízes suplentes para trabalhar no tribunal, junto com os classistas, criando gratificações extras; determinou que todos no tribunal fizessem exame de sangue para constar numa nova carteira do TRT o tipo sangüíneo, sendo que o laboratório dos exames era de amigos de sua família, e ainda ameaçou quem não fizesse o tal exame, com um aviso impresso no papel do contracheque, de ter o pagamento mensal suspenso.

Mello Porto também foi acusado pela juíza de fracionar sindicatos, ameaçar desfazer a associação dos magistrados, empossar juiz concursado que teve a nota do concurso arredondada e indicar para vaga no tribunal um juiz do Amazonas, sem levar em conta as listas para nomeações. Houve ainda um juiz classista, por ele indicado, que perdeu o cargo após um incidente policial que o denunciou como sendo dono de um bordéu no Rio, contou a juíza.

– Ele (*Mello Porto*) agia independentemente da lei, da Procuradoria, de tudo. Era ousado, não tinha limites – disse Anna Acker aos senadores.

Número de juízes aumentou de 29 para 54

De agosto de 1993 a 1994, o então presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, José Maria de Mello Porto, deixou de recolher a contribuição do tribunal para a Previdência Social, tendo ainda aumentado o número de juízes do TRT de 29 para 54. As informações foram divulgadas pela juíza aposentada do TRT do Rio Anna Brito da Rocha Acker, em resposta a indagação do senador Djalma Bessa (PFL-BA), na CPI do Judiciário, a respeito da atuação de Mello Porto no tribunal.

Anna Britto da Rocha Acker defendeu tribunais do Trabalho regionalizados

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) quis saber da juíza como Mello Porto conseguiu chegar à presidência do TRT, mesmo não sendo o mais antigo da instituição (*ver matéria acima*). A juíza respondeu que foi pelo fato de ter juízes classistas a seu favor e também por ser primo do então presidente Fernando Collor de Mello.

Em resposta ao senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da CPI, Anna Acker disse que os classistas, muitas vezes, vinham de representações sindicais suspeitas, formadas "de forma estranha". Ela citou como exemplo mulheres indicadas pela Federação dos Ensacadores de Sal e pela Federação de Mármores e Granitos.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), concluiu, após o depoimento da juíza, que Mello Porto "não teve limites para armar um grande esquema de poder no tribunal". Em decorrência desse comportamento, acrescentou o senador, Mello Porto provocou dezenas de ações judiciais contra ele, uma das quais impetrada por Anna Acker, que foi vitoriosa.

Para a juíza, a representação dos juízes classistas se deteriorou ao longo dos anos, tamanhos os privilégios concedidos a eles. Ela entende que os tribunais do Trabalho devem ser regionalizados e não estaduais, e manifestou-se contrária à junção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também se disse contra a junção do TST com o STJ e ressaltou a importância da Justiça trabalhista no país.

O presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), também defendeu a Justiça trabalhista, inclusive os tribunais estaduais. Para ele, a Justiça do Trabalho deve ser mais ágil e estar "ao lado do cidadão".

Informações confirmam depoimentos, diz Souto

Ao final dos depoimentos de ontem, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), disse que as informações prestadas confirmam depoimentos anteriores, que apontam irregularidades praticadas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, principalmente durante a presidência do juiz José Maria Mello Porto.

Anna Britto Acker, primeira a depor, foi magistrada de carreira por mais de 20 anos e juíza do TRT de 1988 até se aposentar, em 1991. O segundo depoente do dia foi o servidor aposentado do TRT, Moisés Szmer Pereira. Szmer aposentou-se em 1992, depois de mais de 15 anos na Justiça do Trabalho. Até hoje, Szmer atua como dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

– Os depoimentos dão importante contribuição para que possamos entender a situação no tribunal quando Mello Porto foi presidente – analisou Souto, que quer saber de onde saíram recursos para material de autopromoção do juiz.

Paulo Souto analisa irregularidades no TRT-RJ

Ex-funcionário recorda nomeações irregulares

O ex-funcionário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro Moisés Szmer Pereira apontou ontem, durante depoimento à CPI do Judiciário, irregularidades na nomeação de juízes classistas durante a presidência do juiz José Maria Mello Porto. Segundo o depoente, entre janeiro de 1993 e julho de 1994, o ex-presidente do TRT nomeou ou reconduziu 300 classistas, entre representantes de empregados e empregadores, titulares e suplentes.

Moisés Szmer Pereira disse ter visto "coisas escabrosas" no TRT

Szmer citou casos em que um ocupante de cargo de confiança do tribunal foi nomeado classista e parentes de outros juízes foram indicados para o cargo por sindicatos "estranhos". Para exemplificar, Szmer citou nomes de entidades de classe como o do Sindicato dos Trabalhadores em Salões de Cabeleireiros para Homens.

O depoente, que fez um levantamento dos atos de nomeação e recondução de classistas no período de Mello Porto, relatou ainda o caso de uma mulher indicada pelo Sindicato de Empregados da Extração de Mármores e Pedreiras e o de dois classistas saídos do Sindicato dos Profissionais de Dança. Para ele, é possível criar "quantos sindicatos se queira".

Moisés Szmer contou aos senadores que os proprietários de uma agência de turismo, Lilian e Sérgio Ricardo Elevado, também nomeados juízes classistas, receberam pagamentos do TRT. Sérgio Ricardo, continuou o depoente, ainda teria atuado como advogado de Mello Porto em ação por danos morais movida pelo magistrado contra Szmer e contra o *Jornal do Brasil*.

– Tenho ojeriza a classista. Vi as coisas mais escabrosas acontecerem – afirmou Szmer.

Durante o depoimento, Szmer entregou ao presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), fotos em que Mello Porto aparece andando de helicóptero e material de divulgação do juiz, como livros e adesivos para carros. O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), quis saber quem pagava as viagens de helicóptero e o material e perguntou o nome da gráfica responsável pela impressão do livro.

Depoente foi demitido do tribunal

Depois de iniciar denúncias contra a administração do juiz José Maria de Mello Porto, o ex-funcionário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro Moisés Szmer Pereira foi alvo de inquérito administrativo que culminou em sua demissão por justa causa, mesmo depois de ter sido aposentado. O fato foi narrado ontem, durante seu depoimento à CPI do Judiciário.

Szmer disse que, quando foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Justiça Federal, em 1992, durante uma panfletagem, envolveu-se em incidente com o juiz Carlos Henrique Saraiva, o que originou um processo administrativo. Cerca de um ano mais tarde, o depoente aposentou-se e o processo foi arquivado por Mello Porto. Porém, o inquérito foi reaberto pelo ex-presidente do TRT e concluiu pela cassação da aposentadoria e a demissão por justa causa do servidor. Ao contar o caso aos senadores, Szmer chorou.

Quando tentou recorrer do resultado do inquérito, Szmer declarou que teve dificultado o acesso ao processo, sendo obrigado a entrar com pedido junto à Corregedoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Somente depois de 39 meses sem receber salário, o depoente conseguiu ter seu nome novamente incluído na folha de pagamento do tribunal, mas até hoje não foram pagos os vencimentos daquele período.

Além desse processo administrativo, o ex-funcionário do TRT disse que foi alvo de processo criminal, inquérito penal e ação de danos morais movidos pelo juiz Mello Porto. Porém, todos os processos acabaram arquivados.

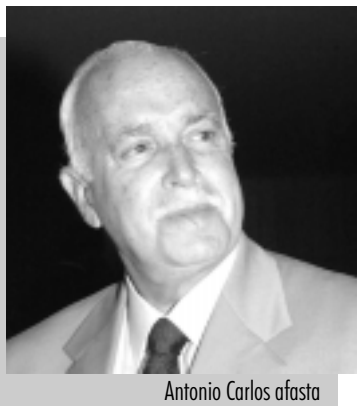
A pedido do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), Szmer apresentou lista de processos em que Mello Porto aparece como autor ou réu no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na Justiça Federal de primeira instância, depois de fazer um levantamento, Szmer identificou 47 ações envolvendo o magistrado.

Enquanto era presidente do TRT, Mello Porto, segundo o depoente, baixou cerca de seis mil atos administrativos, que incluem a nomeação de juízes classistas, apenas em seu primeiro ano de mandato. "Nunca vi isso na minha vida", afirmou, em referência à profusão de documentos expedidos pelo juiz.

Ao senador Djalma Bessa (PFL-BA), Szmer declarou que os atos administrativos de Mello Porto não passavam mais pela Procuradoria do Trabalho e isso dificultava a atuação de fiscalização do Ministério Público. Ex-dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Justiça Federal e Ministério Público da União, Szmer esclareceu que existem outras denúncias similares envolvendo os TRTs do Maranhão e de Minas Gerais.

Jader sugere que CPI investigue compra de títulos

Líder do PMDB fica surpreso com denúncia apresentada por José Eduardo Andrade Vieira, de que interventor do Banco Central no Bamerindus teria mandado comprar US$ 800 milhões em papéis da dívida externa brasileira



Antonio Carlos afasta possibilidade de conexão de telefonemas com campanha

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que a CPI deverá investigar a denúncia de que o interventor do Banco Central no Bamerindus mandou comprar US$ 800 milhões em títulos da dívida externa brasileira, no mercado londrino.

A denúncia foi feita à CPI pelo ex-controlador do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, em depoimento que terminou no início da madrugada de quinta-feira. Andrade Vieira garantiu que o interventor não tinha poderes para tal operação e estranhou que ela se realizou no dia seguinte à intervenção, ocorrida em 26 de março de 97. Os papéis, conforme Andrade Vieira, foram dados ao banco inglês HSBC como garantia para compra da "parte boa" do Bamerindus. Jader Barbalho disse que ficou surpreso com a denúncia.

Jader Barbalho é autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro

A compra, de acordo com o ex-dono do Bamerindus, foi determinada pelo interventor Luiz Carlos Alvarez (substituído posteriormente), atual diretor de Fiscalização do Banco Central.

No depoimento à CPI, Andrade Vieira disse desconfiar que os papéis foram comprados do próprio HSBC. Conforme o ex-banqueiro, esse dinheiro praticamente nada rendeu desde então, deteriorando ainda mais a situação financeira do grupo Bamerindus. Disse que, se esse dinheiro tivesse sido aplicado no Brasil, teria dado um lucro de pelo menos R$ 400 milhões, valor fundamental ao reequilíbrio do Bamerindus.

Já o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), afirmou, também em entrevista, considerar que Andrade Vieira "não apresentou à CPI fatos novos e nem provas", limitando-se "a fazer queixas de natureza política".

Por sua vez, o senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) acredita que a CPI deve continuar a analisar o caso Bamerindus. Para ele, o depoimento de Andrade Vieira mostrou, no mínimo, a necessidade de se criar "algum mecanismo eficiente" de fiscalização e controle do Banco Central. "Fica patente a necessidade de uma legislação que obrigue o Banco Central a prestar contas de suas ações, de suas decisões", acrescentou.

ACM não vê razão para investigar Eduardo Jorge

As 26 ligações telefônicas do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, para o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, apuradas pela quebra de sigilo telefônico, não são motivo suficiente para que a CPI do Judiciário investigue o ex-secretário. Essa é a opinião do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestada ontem em entrevista coletiva. O senador não descartou a hipótese de a CPI realizar uma investigação mais profunda em relação a Eduardo Jorge, "se for necessário".

Segundo Antonio Carlos, não há como relacionar esses telefonemas com campanha eleitoral do presidente da República, pois uma das atribuições do secretário-geral é tratar de assuntos de tribunal e de nomeação de juízes classistas. "Um secretário da Presidência da República atende telefonemas de todo tipo de pessoas, até mesmo de pessoas que não são decentes, como é o caso do juiz Nicolau", observou o presidente.

Antonio Carlos afirmou que o episódio de nomeação do diretor da Polícia Federal foi um fortalecimento "indispensável" da autoridade do presidente da República e que, uma vez restabelecida esta autoridade, o assunto acabou. O senador estranhou que somente agora tenha aparecido a denúncia de envolvimento do delegado João Batista Campelo em sessões de tortura. "Por que não apareceu antes? Evidentemente, isso é para invalidar a escolha do presidente. Vamos trabalhar", concluiu.

Suplicy diz que BC denunciou ex-administradores do banco

O Banco Central encaminhou no ano passado ao Ministério Público do Paraná 12 notícias-crime contra os ex-administradores do Banco Bamerindus, tendo como base a lei do colarinho branco. A informação foi dada à CPI do Sistema Financeiro pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), no final do depoimento do ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, no início da madrugada de quinta-feira.

Eduardo Suplicy questionou Vieira sobre denúncias

Suplicy disse que as notícias-crime se referem a gestão fraudulenta, desvio de recursos de terceiros, empréstimo vedado a empresa controlada, indício de distribuição disfarçada de lucro e adiantamento a administrador e a empresa controlada. O senador questionou Andrade Vieira sobre algumas das acusações.

O ex-controlador do Bamerindus explicou que houve um momento, durante a crise, em que o banco foi obrigado a emprestar dinheiro a empresa controlada, pois ela não conseguia crédito na praça para cobrir compromissos. Acrescentou que, se não fizesse isso, "o estrago seria maior", pois logo espalharia a notícia de que uma empresa do grupo Bamerindus não tinha honrado um pagamento. "Aliás, num encontro casual com o então presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, eu disse que seria obrigado a fazer isso", disse.

João Alberto adia relatório sobre Marka e FonteCindam

A apresentação do relatório parcial da CPI do Sistema Financeiro, que seria feita ontem pelo senador João Alberto (PMDB-MA), foi adiada. Ao anunciar o adiamento, João Alberto disse que atendia a um pedido do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), encarregado de analisar milhares de contas de suspeitos, obtidas após quebra de sigilo bancário.

– Ele pediu prazo, pois encontrou um fato importante no cruzamento de informações obtidas com a quebra de sigilo bancário de alguns suspeitos – afirmou João Alberto à imprensa. Ainda não há nova data para o relatório preliminar, que tratará exclusivamente da venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, nos dias 14 e 15 de janeiro, às vésperas da liberação do câmbio.

João Alberto reafirmou à imprensa sua convicção de que não se sustenta a tese da diretoria do Banco Central, segundo a qual a venda dos dólares foi decidida por causa da existência de risco de quebradeira no sistema financeiro. Por isso, o relator pretende propor à CPI que o Banco Central seja ressarcido do prejuízo com as operações e esse ressarcimento deverá ser feito pelos ex-diretores do BC e pelos controladores dos bancos Marka e FonteCindam.

João Alberto atendeu a apelo de Eduardo Siqueira Campos

Andrade Vieira recusa-se a dizer quem espalhou boatos

Numa reunião informal com o relator da CPI do Sistema Financeiro, no início da madrugada de quinta-feira, o ex-controlador do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, se recusou a dar os nomes de pessoas do Banco Central que seriam as responsáveis por boatos sobre a saúde financeira do banco, no segundo semestre de 95. Antes, durante depoimento à CPI, Vieira admitiu dar os nomes, mas informalmente, para evitar algum processo judicial. Ele afirmou na reunião informal que não daria os nomes por recomendação de seus advogados.

Andrade Vieira quer evitar processo judicial

Andrade Vieira passou ao relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), apenas os nomes de jornalistas que publicaram notas sobre o Bamerindus. Disse que, questionados pelo então banqueiro, os jornalistas se recusaram a dar os nomes de seus informantes, mas afirmaram que se tratavam de pessoas importantes na estrutura do Banco Central.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 62, de 1999. Autoriza a União e o estado do Piauí, com a interveniência do Banco do Estado do Piauí S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

Resultado: aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 63, de 1999. Autoriza a prefeitura municipal de Itajubá a contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A, no valor de R$ 1.865.000,00, destinando-se os recursos às obras de infra-estrutura urbana do município.

Resultado: aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1999. Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Costa Rica, em Brasília, em 22 de setembro de 1997.

Resultado: aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1999. Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Costa Rica, em Brasília, em 22 de setembro de 1997.

Resultado: aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Saturnino alerta para crise da UFRJ

Dificuldades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz o senador, são semelhantes às de outras instituições de ensino superior, e decorrem do descaso do governo com a educação

A falência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anunciada por seu reitor, José Henrique Vilhena, decorre do modelo econômico vigente, que "privilegia o setor financeiro, na suposição de que o pagamento de juros elevados produz o desenvolvimento", disse ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

A UFRJ é a maior universidade federal do país, com 33 mil alunos, e, segundo o reitor Vilhena, acumula um déficit de R$ 28 milhões.

O senador lembrou que a eleição do atual reitor foi marcada pela polêmica, uma vez que o professor Vilhena não era o preferido da comunidade acadêmica.

– A falência é inusitada. O reitor foi escolhido pelo governo contra a opinião da maioria, que preferia o professor Aloísio Teixeira. Portanto, não se pode dizer que não desfrutasse de apoio político – comentou.

Para Roberto Saturnino, a situação da UFRJ repete-se em todas as universidades brasileiras, que sofrem com a "enorme escassez de recursos".

– A UFRJ está impossibilitada de manter seu funcionamento em condições minimamente aceitáveis. É preciso lutar para que essa política seja mudada. O desenvolvimento não pode prescindir da atividade universitária. Podem faltar recursos para o pagamento de juros, mas nunca para as universidades – afirmou.

Roberto Saturnino informou que a bancada fluminense no Senado, formada por ele e os senadores Artur da Távola (PSDB) e Geraldo Cândido (PT), fará uma reunião com o reitor da UFRJ com o objetivo de encontrar uma solução para as dívidas da instituição.

"O desenvolvimento não pode prescindir das universidades", afirma Roberto Saturnino

Cabral sugere nova estrutura para o meio ambiente

Em referência ao Dia do Meio Ambiente, celebrado no último dia 5, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que, no limiar do novo milênio, a humanidade tem duas escolhas: caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável e à felicidade coletiva ou desabar no subdesenvolvimento crônico e no desastre ecológico.

"Cidadania é meio ambiente sadio e, para isto, precisamos de educação em todos os níveis", destacou o parlamentar, expressando sua confiança na administração de José Sarney Filho à frente do Ministério do Meio Ambiente. Ele disse esperar que o ministro possa subsidiar o governo federal com um ágil e moderno Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Bernardo Cabral reconheceu que, para isso, Sarney Filho precisa de auxílio do Executivo, e sugeriu que, a exemplo do que acontece no Japão, cada gabinete ministerial brasileiro tenha uma diretoria de Meio Ambiente, dando forma a um sistema ministerial preocupado com a ecologia.

– Só dessa forma haveremos de internalizar a componente ambiental em todos os segmentos da ação governamental, profissionalizando essa atividade e, conseqüentemente, resolvendo as questões setoriais, de acordo com a visão comum do desenvolvimento sustentável.

Na opinião de Bernardo Cabral, ao Ministério do Meio Ambiente deve caber a formulação da política e das diretrizes ambientais do governo, com a criação de instrumentos para sua implementação de forma sistêmica. No seu entender, essa pasta não pode continuar a ser a única responsável e depositária da dívida ambiental nacional, até porque essa postura tem-se mostrado inadequada, "com resultados aquém dos necessários na área ambiental, como é da ciência de todos".

Bernardo Cabral enfatizou que "cidadania é meio ambiente sadio"

Valadares critica governo de Sergipe

A criação de três novas coordenadorias na estrutura do governo do estado de Sergipe foi criticada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Para o senador, os órgãos não terão qualquer função na máquina administrativa, servindo apenas para "atender aos partidos descontentes e ampliar a base de sustentação do governador Albano Franco".

– O governador, na tentativa de atrair os partidos descontentes, resolveu criar as coordenadorias, que, segundo o seu próprio projeto, nada fazem e nada vão produzir a favor do estado. As secretarias atuais já têm capacidade de administrar todos os programas do governo – afirmou.

Valadares estranhou que, mesmo pertencendo ao partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, o governador tenha tomado uma medida que aumenta os gastos com a administração pública.

– No momento em que o Senado acaba de aprovar, com o voto contrário da oposição, a proposta do governo permitindo a demissão até de servidores estáveis, o governador toma uma decisão que vai onerar ainda mais a administração sergipana. A medida é contra-indicada no momento em que o desemprego atinge níveis elevados e o sertanejo sergipano passa fome – observou.

Valadares estranhou decisão do governo sergipano de criar três novos órgãos públicos

Sobral festeja 80 anos da teoria de Einstein

Para Alcântara, mesmo com pouco dinheiro, é possível promover eventos importantes

Em 1919, na cidade de Sobral (CE), uma comissão de cientistas ingleses teve a oportunidade de observar, em condições praticamente ideais, um eclipse completo do Sol pela Lua e, assim, confirmar a teoria da curvatura da luz, elaborada por Albert Einstein, destacou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O evento histórico está sendo devidamente comemorado pela cidade de Sobral, cujo prefeito, Cid Gomes, recolheu informações históricas, recuperou objetos utilizados pelos cientistas e concentrou-os num museu, disse o senador. Além disso, o prefeito instalou um observatório astronômico, aberto à visitação pública e acessível aos estudantes.

Para Lúcio Alcântara, as comemorações pelos 80 anos da confirmação da teoria de Einstein realizadas em Sobral demonstram como, com pouco dinheiro, criatividade e eficiência, um prefeito competente tem condições de promover eventos importantes para sua comunidade.

Alcântara aponta carências do ensino pré-escolar

A despeito de contar com extenso amparo legal, a educação básica brasileira, especialmente o ensino pré-escolar, ainda se debate entre a precariedade de recursos e as diferenças regionais. A constatação é do senador Lúcio Alcântara, que reconhece as ações desenvolvidas pelo ministro da Educação, Paulo Renato, no sentido de oferecer à educação infantil seguras indicações de como expandi-la em termos quantitativos e qualitativos.

O senador destacou a publicação pelo MEC de duas obras: *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil*, com dois volumes; e *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, com três volumes. Segundo Alcântara, a segunda obra é a mais importante, pois traz para a educação infantil a mesma contribuição oferecida ao ensino fundamental e ao ensino médio, ou seja, a idéia de parâmetros curriculares, em substituição à noção de "disciplina" ou "matéria" presa a uma "grade curricular".

– Espero, sinceramente, que esse *Referencial Curricular* possa desempenhar, na educação infantil, o mesmo papel revolucionário que os parâmetros e as diretrizes curriculares haverão de significar para as duas outras etapas da educação básica. Afinal, o que se espera de uma criança até os seis anos de idade é que, com o auxílio da escola, possa iniciar o longo e duradouro processo de conhecimento do mundo, identificando-se como ser individual e social. Isso, feito com prudência, amor, sensibilidade e pessoal qualificado – concluiu o senador.

Távola destaca contribuição da MPB à democracia

Elogiando a riqueza cultural da música popular brasileira (MPB), o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou o papel que as canções de protesto tiveram na retomada da democracia no Brasil. Como marco dessa luta, o senador destacou a cantora Nara Leão, "por sua coragem, vigor e crença no Brasil".

O senador lembrou que a cantora foi criada na Zona Sul carioca, na classe média, e que, apesar da origem de elite, teve destaque na luta pela democracia. Destacou ainda a importância do show *Opinião*, estrelado por ela e dirigido por Augusto Boal, que marcou o início da resistência à ditadura militar. "Eles buscaram nas raízes populares elementos de genuíno protesto", lembrou, destacando a música *Carcará*, cantada no show.

Artur da Távola ressaltou a "coragem e vigor" da cantora Nara Leão

Cálice (Chico Buarque e Gilberto Gil), *Roda viva* (Chico Buarque) e *Para não dizer que não falei de flores* (Geraldo Vandré) foram outras músicas lembradas por Távola. "Se bem que, hoje, acredito que quem sabe a hora faz. Mas isso não tira o valor político da canção", comentou o senador, citando a letra da canção de Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Távola afirmou que a música popular brasileira tem produzido, há muito, canções de protesto, e destacou a música do Norte e o samba do Rio. "Poucos povos no mundo cantaram de modo tão variado sua realidade", analisou, informando que no Brasil existem mais de 100 ritmos musicais diferentes.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), em aparte, afirmou que os grandes nomes da MPB também tiveram papel importantíssimo na luta pela anistia.

Suplicy cobra esclarecimento de denúncia contra diretor da PF

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que, antes de se consolidar a designação presidencial de João Batista Campelo para o cargo de diretor da Polícia Federal, é preciso esclarecer as denúncias feitas por José Antônio Monteiro, que acusa seu ex-colega de seminário de, na década de 70, conduzir interrogatórios utilizando instrumentos de tortura.

Suplicy: "gosto amargo" para quem lutou contra a repressão

Para o senador, a indicação do novo diretor da PF, que deixou "um gosto amargo para todos os partidos da base governista, tem também um gosto amargo para todos os que lutaram contra a repressão e a tortura no país".

Apesar da posição oficial do Palácio do Planalto de que as acusações seriam improcedentes, Suplicy insistiu que as denúncias exigem esclarecimento, pois a direção da Polícia Federal é responsável pela condução de inquéritos policiais em todo o país e a pessoa que ocupar esse cargo deve ter autoridade moral para ser enérgica quando algum subordinado cometer abusos.

Segundo o senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Justiça, Renan Calheiros, devem tranqüilizar a opinião pública, assegurando que à frente da PF não estará uma pessoa que teria cometido atos de tortura. "Isso é inadmissível", disse o parlamentar petista.

SOLIDARIEDADE

Suplicy também registrou sua solidariedade aos vereadores paulistanos, especialmente José Eduardo Martins Cardozo, que se empenharam seriamente pela realização da CPI da Máfia dos Fiscais. Encerrada por pressão da base governista, a CPI teve o apoio da opinião pública e dos meios de comunicação, afirmou.

Heloísa propõe que Senado se mobilize contra a indicação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu aos senadores que se mobilizem pela rejeição do nome do delegado João Batista Campelo, escolhido para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal. Ele foi acusado pelo técnico da Secretaria de Agricultura de Alagoas, José Antonio Monteiro, de ter atuado como torturador durante o regime militar.

Para Heloísa, quem esteve nos "porões" não pode dirigir a PF

– Não é justo que uma pessoa que participou diretamente dos porões de sangue da ditadura, levando pessoas ao 'pau-de-arara', seja indicada diretor da Polícia Federal – afirmou.

Heloísa criticou as referências no noticiário ao fato de Monteiro ser ex-padre e ex-cabo eleitoral do ministro da Justiça, Renan Calheiros. "Ele apoiou Renan quando o atual ministro militava na oposição. Esse comentário sufoca a dor de quem sofreu com a ditadura. Não se trata de uma suposta vítima ou de um suposto torturador, mas de uma vítima e de um torturador reais", frisou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: Cobaias humanas
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Yoga
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: Cobaias humanas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Entrevista* – O embaixador Afonso Arinos Filho fala sobre o livro *Afonso Arinos no Congresso*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – 1ª parte do seminário sobre transgênicos e clonagem
20h30 – *Entrevista* – O embaixador Afonso Arinos Filho fala sobre o livro *Afonso Arinos no Congresso*
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Consulta Marcada* – A psicóloga e consultora em dependência química Rosane Correia fala sobre drogas e álcool
21h55 – *Senado em Pauta*
22h – *Projeto E* – 5º programa – "Cooperativas"
22h30 – *Cores do Brasil* – Em destaque: Campina Grande
23h – *Espaço Cultural* – Apresentando o músico Oswaldinho do Acordeon

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação

Juvêncio destaca projeto de preservação do Pantanal

Convênio firmado entre o governo de Mato Grosso do Sul e o Ministério do Meio Ambiente prevê investimento de US$ 200 milhões

Por meio de convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o estado de Mato Grosso do Sul, o governo federal investirá US$ 200 milhões no Projeto Pantanal para promover o gerenciamento sustentável da bacia do Alto Paraguai, destacou ontem o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS).

Segundo Juvêncio, a União assumirá todos os custos do projeto

Assinado na semana passada pelo ministro Sarney Filho, o convênio foi assumido integralmente pelo governo federal, dado que o estado não tinha condições financeiras de entrar com sua contrapartida, disse o senador. Outro ato firmado pelo ministro Sarney Filho foi o da criação do Parque Nacional da Serra de Bodoquena, ressaltou Juvêncio.

O Projeto Pantanal é amplo e prevê um gerenciamento intensivo das sub-bacias mais críticas do Alto Paraguai, com redução da sedimentação e da poluição agrícola e minerária, aumento da produção e conservação da biodiversidade, relatou o senador. O Projeto Pantanal também promoverá o saneamento das áreas urbanas, de modo a reduzir a poluição orgânica e industrial das sub-bacias, e o desenvolvimento de atividades ambientalmente adequadas, como ecoturismo, pesca e aqüicultura, acrescentou. A criação de um sistema de unidades de conservação e a implantação de estradas-parques integrando os pólos turísticos da região também constam dos objetivos a serem alcançados pelo projeto, salientou Juvêncio da Fonseca.

Luzia Toledo registra realização de caminhada em memória de Anchieta

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) registrou a realização, no Espírito Santo, da segunda edição da caminhada "Os Passos de Anchieta", nos últimos dias 3 a 5 de junho, quando mais de mil andarilhos percorreram 105 km do litoral capixaba, indo da Catedral Metropolitana de Vitória à Matriz de Anchieta.

Luzia comemorou a indicação de uma mulher para o STJ

A caminhada foi iniciativa do jornalista Eustáquio Palhares e do empresário Lucas Isoton e, conforme a senadora, transformou-se em evento anual de caráter turístico e religioso. O percurso, esclareceu, reproduz o roteiro que Padre Anchieta cumpria quinzenalmente no século XVI.

Para consolidar o evento, à semelhança do que ocorreu com o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, foi fundada a ONG Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (Abrapa), que pretende promover a restauração dos pontos históricos do caminho percorrido por Anchieta, implantar vias alternativas, ciclovias, trilhas, abrigos e estruturas de apoio aos andarilhos.

Luzia também considerou a designação de Eliana Calmon Alves para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como uma vitória na luta em favor da ascensão das mulheres.

Patrocínio defende isenção de ICMS para deficientes

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou a decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em favor do fim da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que beneficiava os portadores de deficiência física na compra de automóveis.

Patrocínio criticou o fim da isenção na venda de carros

Segundo o senador, a decisão foi motivada por denúncias de que quadrilhas usavam deficientes para comprar automóveis com desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do ICMS. O senador destacou que as perdas fiscais são irrisórias e defendeu a fiscalização severa em vez do fim do benefício. Patrocínio lembrou projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que defende a isenção e pediu sua aprovação.

O discurso de Patrocínio teve apartes de Ernandes Amorim (PPB-RO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Para Maldaner, Besc não deve ser privatizado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a manutenção do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) como instituição pública.

– O Besc tem agências em todos os 293 municípios catarinenses, e em 148 é a única instituição financeira presente. Se for privatizado, tenho certeza de que as agências de pequenos municípios serão fechadas, prejudicando trabalhadores que vão precisar percorrer dezenas de quilômetros para receber o dinheiro da aposentadoria – destacou.

Maldaner: banco é vital para os menores municípios

Segundo Maldaner, o banco, que tem patrimônio de R$ 300 milhões, aplica seus recursos em Santa Catarina. "Foram captados e administrados pela instituição em fevereiro deste ano R$ 2,4 bilhões e a poupança na mesma data atingiu R$ 872 milhões. São números que demonstram a força do Besc", informou o senador.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o programa de privatização é desumano por se guiar apenas pelo aspecto econômico.

Aprovado pesar pela morte de Jocelyn Brasil

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Ademir Andrade (PSB-PA) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 8, em Fortaleza, do "escritor, jornalista e coronel-aviador brigadeiro Jocelyn Barreto Brasil". A Casa também enviará condolências à família, aos dirigentes nacionais e paraenses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao estado do Pará. Por iniciativa de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), as condolências serão estendidas ao governo do Ceará e à cidade de Sobral (CE), onde o brigadeiro nasceu.

Ademir relatou que Jocelyn Brasil publicou inúmeros livros políticos – como *Marxismo, a Varinha de Condão*, *Meu Pé de Sirigüela*, *O Mapa da Mina*, entre outros –, além da biografia de Raimundo Jinkings, *Entre Letras e Baionetas*. Jocelyn Brasil comandou a Base Aérea de Belém durante muitos anos.

CAS e CAE debatem transgênicos em audiência pública

Convidados pelas duas comissões, representantes de ministérios avaliam a questão dos alimentos geneticamente modificados como uma realidade mundial, da qual o Brasil dificilmente terá como fugir

Apesar das incertezas em relação aos efeitos do desenvolvimento em larga escala de alimentos transgênicos (geneticamente modificados) no Brasil, a nova modalidade de plantas é uma realidade mundial, da qual o país dificilmente terá como fugir. Esta foi a opinião manifestada pela maioria dos participantes da audiência pública sobre "Agricultura Brasileira e Biotecnologia", realizada em conjunto, ontem, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Senadores Osmar Dias e Ney Suassuna (C), com o ministro Francisco Turra e demais convidados para a audiência pública

Durante a reunião, presidida pelos senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Ney Suassuna (PMDB-PB), respectivamente presidente da CAS e da CAE, foram ouvidos representantes dos ministérios da Agricultura, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. O ministro Francisco Turra fez uma saudação no início dos debates e deixou em seu lugar, na audiência pública, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Alberto Portugal.

– O que está inventado não pode ser desinventado – disse ele para defender o bom uso das descobertas científicas, a despeito dos riscos que a humanidade corre sempre que avança numa determinada área.

Para o presidente da Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CNTBio), Luís Antônio Barreto de Castro, foram feitos profundos estudos para prever as conseqüências dos experimentos com a soja transgênica e da produção do grão em larga escala. "Não há problemas", afirmou Castro, acrescentando: "A comissão assume toda a responsabilidade pelo parecer que liberou o cultivo dessa modalidade de soja".

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, disse que ainda há muito a estudar sobre as repercussões do cultivo de transgênicos nos ecossistemas de países tropicais. Ele lembrou que o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos vão fiscalizar com rigor o plantio dessas novas espécies e exigir estudos e relatórios de impacto ambiental dos produtores e fornecedores de insumos.

Esse último ponto levou o senador Osmar Dias a cobrar dos representantes posição comum e oficial sobre as exigências da fiscalização do meio ambiente, já que a CTNbio tem, por decreto, a prerrogativa de exigir ou não estudos e relatórios ambientais. Bráulio Dias respondeu que as autoridades do meio ambiente continuarão a cumprir com suas responsabilidades, mas levando em conta os pareceres da CTNBio.

Conclusões do seminário irão para a Internet

Apoio à pesquisa, formação de recursos humanos, ampliação do debate com a sociedade, aperfeiçoamento da legislação, criação de órgãos consultivos sobre o assunto e monitoramento da atividade no país foram as principais recomendações do seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas", promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O documento final do seminário, que reunirá todo o trabalho e recomendações do encontro, deverá ser publicado em 30 dias e poderá servir de base para a tomada de uma posição política do Senado quanto ao uso no país de organismos geneticamente modificados. O relatório será apresentado oficialmente à Comissão de Assuntos Sociais e estará à disposição do público na *home-page* do Senado na Internet.

Os seis grupos de trabalho apresentaram propostas nas áreas de biotecnologia e meio ambiente; educação, ciência e tecnologia; biotecnologia e agronegócios; biotecnologia e saúde; biotecnologia e legislação; e bioética.

– O seminário foi uma contribuição expressiva para o país debater a clonagem e os transgênicos. O Senado propiciou uma discussão plural, democrática e aberta, com o objetivo de propor novos caminhos para essa área, considerada de vital importância em todo o mundo – salientou o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), um dos organizadores do encontro.

Cerca de 200 pessoas, entre cientistas, pesquisadores, professores, empresários e representantes de entidades governamentais e não-governamentais participaram do seminário, que realizou, também, mesas-redondas sobre temas como a regulamentação da biotecnologia no Brasil, bioética e biossegurança, e um debate sobre clonagens e transgênicos.

Quintanilha diz que sociedade quer avanços, mas também fiscalização

Ao fazer um balanço do seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas", encerrado ontem, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) concluiu que a sociedade brasileira está interessada em que a ciência e a tecnologia continuem avançando em suas pesquisas, mas também quer fiscalização e controle mais acurados.

– Foram dias de intensos trabalhos, em que pudemos ouvir a comunidade científica nacional e internacional e também a comunidade acadêmica e a sociedade civil, através de associações de produtores rurais, organizações cooperativas, segmento religioso, Ministério Público e o próprio governo – afirmou Quintanilha.

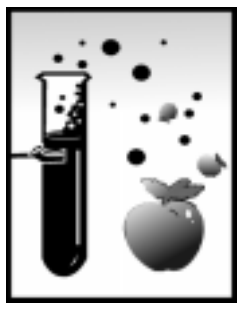
Autor do requerimento na Comissão de Assuntos Sociais propondo a realização do seminário, o senador ressaltou que todos os segmentos puderam manifestar sua opinião sobre temas como bioética, biossegurança, biociência, biotecnologia e engenharia genética. Para Quintanilha, o seminário possibilitou uma discussão aprofundada sobre clonagem e transgênicos, e seus resultados servirão aos parlamentares como subsídios para uma análise moderna do tema, permitindo inclusive avaliar se a atual legislação é suficiente ou se requer aprimoramento.

Leomar Quintanilha elogia amplo debate proporcionado pelo seminário

Produtores defendem nova tecnologia, ambientalistas manifestam preocupação

No debate promovido ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre biotecnologia, falaram também representantes dos produtores rurais. Valdir Collato, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), defendeu o uso da soja transgênica como forma de aumentar a produção e a renda no campo. Disse que não acredita em qualquer controle sobre os alimentos transgênicos e que essas novas espécies já estão sendo plantadas no Brasil.

João Bosco Ubelino dos Santos, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura, também defenderam a soja transgênica.



Preocupado com os agricultores, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu o desenvolvimento da soja transgênica, desde que cercado dos cuidados ambientais e sanitários adequados. Tião Viana (PT-AC) fez ressalvas nessa direção, mas alertou para os danos à saúde humana se o objetivo principal for o lucro.

A senadora Marina Silva (PT-AC) sugeriu que integrantes de outras entidades também fossem ouvidos. Falaram Andréia Lazzarini, presidente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Marijane Lisboa, membro do Greenpeace, e Glacys Ancan, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Andréia Lazzarini pediu a realização de estudos de impacto ambiental e mais calma na adoção dos transgênicos, ao passo que Marijane propôs a taxação dos fabricantes de agrotóxicos e a utilização do dinheiro para pesquisas.

Maggi pede ocupação do Cerrado e expansão agrícola

Maggi adverte para interesses externos

O senador Blairo Maggi (MT) defendeu ontem a ocupação do Cerrado brasileiro e a expansão de suas fronteiras agrícolas, ao denunciar que a ação de organizações não-governamentais (ONGs) contrárias à adoção dessas iniciativas está vinculada a interesses econômicos de produtores de outros países.

– Temos constatado uma campanha de convencimento da opinião pública de que a expansão das fronteiras agrícolas do Cerrado e o aproveitamento de hidrovias provocam danos ambientais irreversíveis e ameaçam inúmeras comunidades indígenas existentes na região – disse ele.

Para Maggi, essas ações têm estreita vinculação com os interesses dos produtores de outros países, especialmente dos Estados Unidos. Ele comentou que delegações de produtores norte-americanos têm visitado a região e destacou uma afirmação do especialista da Associação Americana de Soja Arno Partner: "O que está acontecendo no Cerrado é mais importante para os produtores de soja dos Estados Unidos do que qualquer outra coisa. O Brasil é um dos poucos lugares no mundo com potencial de expansão em uma escala que poderá influenciar decisivamente nos fornecimentos globais".

Manifestaram preocupação com o assunto, em apartes, os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Luiz Estevão (PMDB-DF) e Luiz Otávio (PPB-PA).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Luiz Otávio, Maguito Vilela e Juvêncio da Fonseca